

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

CLARA MONIQUE MOREIRA DE OLIVEIRA

**SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: BANCO DE ALIMENTOS DE  
NOVA IGUAÇU**

RIO DE JANEIRO, 2016.

CLARA MONIQUE MOREIRA DE OLIVEIRA

**Segurança Alimentar e Nutricional: Banco de Alimentos de Nova Iguaçu**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Fátima Valéria Ferreira de Souza

RIO DE JANEIRO, 2016.

*Com muito carinho dedico este trabalho à minha avó materna Izabel Moreira Bragança (in memoriam). Esta que não teve oportunidade de muito estudo, mas que era uma pessoa que valorizava toda aquisição de conhecimento. Tenho certeza do orgulho que sentiria de mim, com a conquista que obtive, e estaria feliz com mais um ciclo findado da minha trajetória.*

## **AGRADECIMENTOS**

Venho por meio de poucas palavras, mas verdadeiras, agradecer a Deus por esta oportunidade de realizar um sonho em concluir um curso acadêmico em uma universidade pública e renomada como a UFRJ.

Agradecer aos meus pais Jorge e Isa por todo apoio a mim ofertado durante os anos de minha graduação e, além disso, mesmo quando as circunstâncias não favoreciam a continuidade da mesma, eles colocaram como prioridade a conclusão do meu curso.

Ao meu irmão Gustavo, que também se fez importante nesta minha caminhada.

Ao meu noivo Jean, este que entrou em minha vida já na reta final do meu curso acadêmico, se mostrando essencial no apoio, companheirismo, palavras de afeto e otimismo. Socorria-me sempre que eu entrava em desespero quando o computador ficava ruim, e com sua habilidade profissional resolvia todos os problemas.

À minha orientadora Fátima Valéria, que sempre foi muito atenciosa e carinhosa comigo em todas as orientações e também um precioso pilar em um momento crítico do meu estágio.

Às minhas supervisoras de estágio Andreia, Thayana, Ligia e Elizabethe, por terem sido profissionais incríveis na prática do Serviço Social, cada uma na área que lhe competia.

À minha amiga Fernanda, que é um grande presente que a faculdade me deu.

E por fim, também quero agradecer às minhas companheiras Cristiane, Ana Carolina, Andressa, Nathália e Evelyn. Dividiram comigo aflições, angústias, sorrisos e lágrimas. Sempre na certeza de que chegaríamos ao fim com êxito.

## RESUMO

OLIVEIRA, Clara Monique Moreira. **Segurança Alimentar e Nutricional: Banco de Alimentos de Nova Iguaçu**. Rio de Janeiro, 2016. Trabalho de Conclusão de Curso - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objeto central o desenvolvimento do Banco de Alimentos de Nova Iguaçu. Relata suas ações, que são direcionadas às entidades socioassistenciais localizadas na cidade e que estão postas no conjunto de beneficiárias deste Programa. O Banco de Alimentos faz parte de uma rede de equipamentos públicos, criados para viabilizar a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), no sentido de complementar a alimentação de pessoas que estão em situação de risco alimentar, assim também contribuindo para o acesso a alimentos básicos e de qualidade. Também se faz presente nesta monografia as funções que são exercidas pelo profissional de Serviço Social que está inserido dentro deste equipamento. Este é responsável por tarefas significativas para a dinâmica do Banco de Alimentos. A metodologia usada neste estudo, contém: pesquisa bibliográfica e documental, análise de questionários preenchidos pelas entidades nas visitas institucionais, pesquisa quantitativa por meio dos resultados dos questionários, a fim de conhecer o perfil das instituições. O trabalho faz uma análise institucional do Banco de Alimentos de Nova Iguaçu, visando detectar limites e possibilidades, no que compete ao seu exercício, como iniciativa de diminuição do desperdício de alimentos e combate à fome na cidade.

**Palavras-chave:** Banco de Alimentos, Segurança Alimentar e Nutricional, entidades socioassistenciais.

## **SIGLAS**

(BPC)	Benefício de Prestação Continuada
(CNPJ)	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
(CPF)	Cadastro de Pessoa Física
(CME)	Campanha de Merenda Escola
(CNME)	Campanha Nacional de Merenda Escolar
(CEASA)	Central Estadual de Abastecimento
(CNA)	Comissão Nacional de Alimentação
(CONAB)	Companhia Nacional de Abastecimento
(CMAS)	Conselho Municipal de Assistência Social
(CMDCA)	Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
(CONSEA)	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
(DESAN)	Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional
(DHAA)	Direito Humano à Alimentação Adequada
(EAN)	Educação Alimentar e Nutricional
(FNDE)	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
(ICMS)	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
(INAN)	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
(IPEA)	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
(ITA)	Instituto de Tecnologia Alimentar
(LOSAN)	Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional
(MESA)	Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar
(MDS)	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
(ODS)	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

(FAO)	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
(PIDESC)	Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
(PNAN)	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
(PNSAN)	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
(PROAB)	Programa de Abastecimento de Alimentos Básicos em Áreas de Renda Baixa
(PAT)	Programa de Alimentação do Trabalhador
(PAA)	Programa de Aquisição de Alimentos
(PCA)	Programa de Complementação Alimentar
(PSA)	Programa de Suplementação Alimentar
(PNAE)	Programa Nacional de Alimentação Escolar
(PRONAN)	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
(PNLCC)	Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes
(PAP)	Programa de Abastecimento Popular
(PNS)	Programa de Nutrição em Saúde
(SEMASPV)	Secretaria Municipal de Assistência Social e Prevenção da Violência
(SESAN)	Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional
(SAN)	Segurança Alimentar e Nutricional
(SAPS)	Serviço de Alimentação da Previdência Social
(SESC)	Serviço Social do Comércio
(STAN)	Serviço Técnico de Alimentação Nacional
(SISAN)	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
(SUAS)	Sistema Único de Assistência Social
(SISVAN)	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
(TCC)	Trabalho de Conclusão de Curso

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO 1 – DISCORRENDO SOBRE A FOME .....</b>	<b>11</b>
1.1. O que é fome?.....	11
<b>CAPÍTULO 2 – BREVE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO NO BRASIL .....</b>	<b>16</b>
2.1. De 1930 a 1970.....	16
2.2. A década de 80.....	18
2.3. A segurança alimentar nos anos 90 ou pós Constituição.....	20
2.4. Combate à fome na transição para o século XXI .....	22
2.5. Resultados das ações dentro da Política de Segurança Alimentar e Nutricional .....	25
2.6. Acesso aos Alimentos X desperdício de alimentos .....	27
<b>CAPÍTULO 3 – UMA EXPERIÊNCIA CONCRETA: O BANCO DE ALIMENTOS DE NOVA IGUAÇU .....</b>	<b>29</b>
3.1. Concepção de Banco de Alimentos .....	29
3.2. Banco de Alimentos de Nova Iguaçu .....	32
3.3. Relação das empresas com o equipamento .....	33
3.4. Banco de Alimentos e suas instituições .....	34
3.5. As funções do Assistente Social .....	34
3.6. Análises dos dados das instituições .....	36
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>41</b>
<b>5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>43</b>
<b>6. ANEXOS .....</b>	<b>48</b>



## **Lista de Gráficos**

GRÁFICO 1: PÚBLICO ALVO	37
GRÁFICO 2: ALIMENTAÇÃO OFERECIDA	37
GRÁFICO 3: PARCERIAS	38
GRÁFICO 4: PRESENÇA DE ASSISTENTE SOCIAL	39

## INTRODUÇÃO

O problema da fome no Brasil está diretamente associado à desigualdade social, acentuada com a histórica descontinuidade e desarticulação dos programas públicos voltados para solucionar esta questão.

O país tem uma longa experiência em implementação de programas sociais, no que se refere à questão alimentar e nutricional, no entanto, verifica-se que o destino de cada um deles, dependendo do governo em que foi implementado, variou significativamente.

O problema alimentar é antigo e as ações de combate à fome não apresentaram êxito satisfatório, no sentido de minimizar o baixo nível de qualidade nutricional brasileiro.

Durante os primeiros estudos científicos realizados no Brasil, a alimentação entra em pauta vinculada às questões sociais e econômicas, isto é, foi detectado que a aquisição de alimentos favorável para o indivíduo depende diretamente do meio em que o mesmo está inserido e à posição social ocupada. Podemos citar dois estudos: “Condições de Vida das Classes Operárias no Recife”, pelo Departamento Nacional de Saúde Pública, e no Rio de Janeiro com o estudo “Alimentação e Raça”, por meio da Editora Civilização Brasileira. Ambos realizados no ano de 1935, pelo grupo de Josué de Castro.

Este trabalho está denominado “Segurança Alimentar e Nutricional: Banco de Alimentos de Nova Iguaçu” tem por objeto de estudo o Banco de Alimentos de Nova Iguaçu, que está implantado na Secretaria Municipal de Assistência Social e Prevenção da Violência (SEMASPV) de Nova Iguaçu. O objetivo geral é relatar a dinâmica do funcionamento desse Banco de Alimentos, e por objetivos específicos: 1) assinalar os possíveis entraves (possibilidades e limites), que estão inseridos dentro do Banco de Alimentos; 2) apontar as funções do profissional de Serviço Social dentro do Banco de Alimentos.

O interesse pelos Bancos de Alimentos surgiu devido ao mesmo ter obtido relevância como uma das alternativas de se combater o desperdício de alimentos, podendo tais serem reaproveitados na alimentação dos indivíduos que estão em vulnerabilidade alimentar.

Além disso, outro aspecto refere-se ao meu último campo de estágio, que foi justamente o Banco de Alimentos de Nova Iguaçu. Por eu estar em contato direto com as ações realizadas neste equipamento, considero esta uma oportunidade de desenvolver um trabalho com informações interessantes adquiridas do local onde estava inserida.

Deste modo, busquei saber se o Banco de Alimentos é um programa executor, que age de forma paternalista e assistencialista, ou se por meio desta iniciativa está sendo construída uma tentativa de implementação de Política Pública em Nova Iguaçu. É relevante, também, averiguar a existência de um trabalho de conscientização por parte do Banco de Alimentos para com as entidades receptoras de doações, na tentativa de desconstrução da visão de bem-estar e caridade.

Com a criação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), em 2006, a segurança alimentar foi reconhecida como direito a todos os indivíduos de receberem uma alimentação adequada, em sua qualidade e quantidade, de maneira suficiente para que possam suprir suas necessidades básicas e fundamentais de sobrevivência.

Mediante o que foi dito, o presente trabalho será estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo, será apresentada uma discussão sobre a fome, que envolverá concepções desenvolvidas por alguns autores, a interferência desta temática na vida humana e aspectos que se associam a este conceito.

No capítulo posterior, haverá um breve histórico sobre as políticas públicas de alimentação e nutrição implementadas no Brasil. Serão expostos os caminhos que se trilharam para o enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional e quais instrumentos foram utilizados na tentativa de combatê-la. Por fim, trataremos da questão do acesso aos alimentos frente ao desperdício dos mesmos.

O terceiro capítulo inicia com a definição do Banco de Alimentos, segundo o Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS), isto é: o modo como o mesmo funciona; a quem suas ações são direcionadas; o tipo de atividade que realiza; o objetivo de sua atuação e quais os profissionais que constituem a equipe técnica. Dando continuidade, este mesmo capítulo vai discorrer sobre o Banco de Alimentos de Nova Iguaçu, que é o objeto de pesquisa deste trabalho. Nesta parte, haverá a exposição de seu desenvolvimento como um equipamento da segurança alimentar e nutricional dentro da cidade e como o mesmo interage com as instituições que beneficia. Para tanto, também contém neste capítulo uma análise de dados de 15 (quinze) instituições beneficiárias, que tive contato no período de estágio, por meio de visita institucional.

## **CAPÍTULO 1**

### **DISCORRENDO SOBRE A FOME**

#### **1.1. O QUE É FOME?**

A ocorrência da fome pode se dar por meio da carência de alimentos, por períodos prolongados. Outra maneira é quando o que se é ingerido diariamente pelo organismo do ser humano não está de acordo com o que ele precisa para manter seu corpo abastecido. Assim, o mesmo se torna vítima da falta de energia que o corpo precisa para realização de suas atividades vitais, como estudar ou trabalhar, atingindo tanto criança ou adulto.

Freitas faz referência sobre a fome da seguinte maneira:

A fome crônica e coletiva no Brasil é uma produção histórica que possui distintos significados, tanto no contexto mais amplo da sociedade como no universo particular das pessoas atingidas. Sendo uma visível produção da desigualdade social, é distinta daquela dos campos de concentração, das guerras, e das catástrofes climáticas. Na nossa sociedade (e em outras, semelhantes) a fome se concentra em pessoas condenadas à incerteza de sobreviver desde a mais tenra idade. (FREITAS, 2003, p.13).

As causas naturais da fome podem ser: clima, seca, inundações, terremotos, pragas de insetos. Entretanto, existem fatores que resultam do ser humano e da sociedade em que o mesmo está inserido, exemplo, má administração dos recursos naturais, desigualdade social, contraste na distribuição de renda, reforma agrária precária, instabilidade política, dentre outros.

A fome é uma das mais sérias e óbvias manifestações da crise mundial. Com as quebras dos mecanismos tradicionais locais de segurança alimentar, a fome tornou-se quase inseparável da pobreza. (JONSSON, 1989, p. 48).

Elevados níveis de desigualdade entre as pessoas, significam que a pobreza tem relação com a fome. Os indivíduos que sobrevivem nas camadas sociais mais pobres têm acesso irregular ou quase nulo de serviços públicos, como educação, saúde, saneamento básico, transporte público. Habitam em moradias que apresentam condições insalubres, ou em locais de área de risco, e também sofrem com a fome.

No Brasil a pobreza se apresenta de modo diversificado, isto porque o país tem uma dimensão territorial extensa. Junto a isto é predominante o desequilíbrio regional do país, consequência de fatores socioeconômicos e históricos da construção do mesmo.

A fim de esclarecimentos relevantes para continuidade desta temática é válido citar a diferença entre desnutrição e subnutrição, pois ambas estarão presentes dentro desta discussão, com o propósito de complementar o conceito de fome. Vejamos abaixo:

“Subnutrida é a pessoa que come menos do que o necessário, não consome a quantidade diária de calorias necessárias e que sofre pela falta de alimento em si. Já o desnutrido pode comer bem e até mesmo em quantidade superior ao necessário, mas não consome todos os nutrientes do que precisa. Por isso, é possível ter uma pessoa obesa, mas desnutrida. O problema é que, nos dois casos, o organismo fica sem ter como funcionar direito e o indivíduo se torna ainda mais suscetível às doenças.”<sup>1</sup>

A subnutrição é o estágio mais leve da desnutrição, isto é, da consequência da falta de alimentos. Porém, não pode ser ignorada, pois mesmo seus efeitos sendo mais brandos que de uma desnutrição grave, ainda assim a pessoa corre riscos de saúde, prejudicando seu desenvolvimento.

Em relação à desnutrição, podemos afirmar que sua definição não se equivale da fome, pois partindo da premissa de que se toda fome leva à desnutrição, nem toda desnutrição tem origem a partir da deficiência energética na dieta alimentar, com exceção da população infantil.

Para Hakim e Solimano “a desnutrição, ao contribuir para a promoção da doença, para distúrbios da capacidade física e mental, e para uma menor esperança de vida, reduz o potencial produtivo do indivíduo” (1989, p. 29). Contribuindo com essa afirmação, os autores Collares, Lima e Moysés argumentam sobre o que foi dito e adicionam aspectos que através da desnutrição afetam o desenvolvimento de uma pessoa em formação. Vejamos:

E, hoje, o que se pode dizer é que a desnutrição se constitui em mais um fator, entre muitos outros, que pode comprometer o crescimento e desenvolvimento do sistema nervoso, impedindo-o de atingir seu potencial máximo. (COLLARES; LIMA; MOYSÉS, 1989, p. 98)

Se a carência nutricional incide em crianças mais velhas, ou mesmo em adultos, poderá interferir com as atividades intelectuais; não por provocar lesões cerebrais, mas pelos efeitos da própria fome e consequentes fraquezas e inanição, que são reversíveis. (COLLARES; LIMA; MOYSÉS, 1989, p. 99).

Existem vários fatores patológicos, sociais e econômicos que podem resultar na desnutrição do ser humano, tais como: o modo de se alimentar indevidamente, infecções, fatores psicológicos, situação socioeconômica, insuficiente produção de alimentos, padrões culturais, etc.

---

<sup>1</sup> Disponível em

[http://www.ibvivavida.org.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3150:not3330&catid=34:noticias&Itemid=54](http://www.ibvivavida.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3150:not3330&catid=34:noticias&Itemid=54) Consultado em 29 nov 2014.

A fome é então a grande ameaça, pois uma pessoa que sobrevive com uma má alimentação está constantemente sendo vítima também da subnutrição, situação que se agrava cada vez mais, caso o indivíduo continue a não se alimentar de maneira suficiente, equilibrada e completa.

É interessante destacar que muitas vezes a má nutrição não é percebida, visto que um homem, mulher ou criança pode estar no seu peso considerado normal, entretanto, mal nutrido. Ou seja, sofrendo de carência contínua de vitaminas e sais minerais que são indispensáveis para a absorção de macronutrientes.

As vitaminas e sais minerais, denominados por micronutrientes, não são produzidos pelo corpo, por este motivo se faz necessária uma alimentação rica em variedade, de equilíbrio e qualidade.

Na infância a desnutrição traz consequências sérias e é responsável em grande parte pela mortalidade infantil. Todavia, quando não se chega ao estágio mais agudo de desnutrição a criança é vítima de variadas formas, como a falta de ferro, de vitamina A (podendo ficar cega), de iodo (podendo ocasionar o atraso de seu crescimento), de zinco (é importante no combate de diarreia e pneumonia). Também há prejuízo em seu cognitivo, no que corresponde à sua idade escolar, pois compromete o seu rendimento intelectual, prejudicando a aprendizagem.

Quando se fala em escola, a merenda escolar é inevitavelmente lembrada. Muitas crianças oriundas de classes de baixa renda, ou extremamente pobres têm nessa instituição uma das poucas oportunidades de se alimentarem, tanto que a ida ao colégio torna-se uma ação primordial em sua rotina.

Nos dias de hoje a merenda escolar é oriunda do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), seu gerenciador é o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Tem por finalidade a transferência de recursos financeiros aos estados, municípios e ao distrito federal, a fim de suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais dos alunos.

A merenda escolar surgiu na década de 40 e passou por diversos avanços legislativos a partir de 1955. Seu primeiro Decreto é o de nº 37.106, sendo instituída a Campanha de Merenda Escola (CME), subordinada ao Ministério da Educação.

Tendo no ano seguinte sua intitulação reformulada para Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), por meio do Decreto nº 39.007. O objetivo desta ação estava voltado para a promoção em âmbito nacional deste atendimento. Apenas em 1979 passou a denominar-se Programa Nacional de Alimentação Escola (PNAE).

Em 1988, a Constituição Federal assegurou o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental. Os estados, municípios e distrito federal agora deveriam oferecer programa suplementar de alimentação escolar.

Já nos anos 2000 merecem destaque os anos de 2009 e 2013. No primeiro, com a sanção da Lei nº 11.947, houve avanços significativos para o PNAE, pois a partir disto o Programa obteve extensão em toda a rede pública de educação básica e de jovens e adultos, além de recomendação de que no mínimo 30% do repasse do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar.

Sendo no seguinte ano citado, fortalecido um dos eixos do Programa: a Educação Alimentar e Nutricional (EAN), pois foi dedicada uma Seção às suas ações. Tal feito foi publicado na Resolução do FNDE nº 26 medida esta que se associa às políticas públicas atuais relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).<sup>2</sup>

É relevante apresentar neste trabalho dados do relatório “O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo 2015” recentemente divulgados pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), em 27 de maio de 2015.

Este documento aponta que o Brasil reduziu em 82,1% a quantidade de indivíduos subalimentados dentro do período de 2002 a 2014. Esta queda foi a maior registrada em comparação as outras seis nações mais populosas do mundo, além de ter registrado superioridade sobre a América Latina, que foi de 43,1 %. Somado a isso, diz que o país alcançou as metas estabelecidas pelas Nações Unidas em relação à fome nos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Segundo a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, “o Brasil, ao contrário de outros países do mundo, sempre foi um grande produtor de alimentos. E, mesmo assim, a população passava fome. O nosso problema não era a

---

<sup>2</sup> Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/noticias/2015/05/fome-cai-82-em-12-anos-no-Brasil-afirma-onu>  
Consultado em 20 jan 2016

disponibilidade de alimentos, o nosso problema era acesso aos alimentos e à renda. E isso conseguimos alcançar com políticas públicas”.<sup>3</sup>

Portanto, neste capítulo inicial foi esclarecido o conceito de fome em suas múltiplas faces, juntamente com a necessidade emergencial que se tem por combatê-la, de modo que suas consequências são causadoras de mazelas profundas, podendo levar o ser humano a óbito.

Sem deixar de mencionar o caráter social que sua origem apresenta, pois o desequilíbrio de renda entre os brasileiros influencia significativamente na boa ou insuficiente obtenção de uma alimentação apropriada, saudável e atingível.

No próximo capítulo serão mostradas estratégias utilizadas por governos no que tange na elaboração de uma Segurança Alimentar e Nutricional para o país, a fim de se iniciar o combate ao enfrentamento do fenômeno fome.

---

<sup>3</sup> Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/noticias/2015/05/fome-cai-82-em-12-anos-no-Brasil-afirma-onu>  
Consultado em 20 jan 2016



## CAPÍTULO 2

### 2. BREVE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALIMENTAÇÃO NO BRASIL

#### 2.1. De 1930 a 1970

Vasconcellos (2005), que desenvolveu um artigo fazendo uma análise histórica do combate à fome no país dentre os períodos de 1930 a 2003, faz suas considerações sobre essa temática dizendo que a mesma se acentuou a partir dos anos de 1930, com grande influência de um dos precursores da questão da fome no Brasil, Josué de Castro, destacando o seguinte:

Segundo análises realizadas por Josué de Castro, encontram-se preciosos registros das mais diversificadas formas de penúria e de fomes provocadas pelas secas sobre os sertanejos nordestinos. Por outro lado apesar de ações estatais voltadas para a questão da alimentação da população terem sido conduzidas desde o início do período colonial, pode-se afirmar que os primeiros instrumentos específicos de política social de alimentação e nutrição foram instituídos apenas ao longo da Ditadura Vargas (1937-1945). Ou seja, a emergência da política de alimentação e nutrição, um setor específico das políticas sociais do estado capitalista brasileiro, ocorreu, portanto, ao longo do processo de transição do Estado liberal-oligárquico para o Estado intervencionista burguês. (VASCONCELLOS, 2005, p 440).

Em sua obra prima, *Geografia da Fome*, Josué de Castro faz um mapeamento geográfico do país, onde o mesmo potencializa o quadro de desnutrição do território brasileiro, utilizando as diferentes características alimentares das cinco regiões que o constitui.

Este livro foi lançado pela primeira vez em 1946, traduzido para mais de 25 idiomas e tornando-se referência mundial sobre o tema. Por meio deste estudo, o autor afirma que a fome não é consequência de fenômenos naturais: advém de fatores econômicos e socioculturais.

Frisamos, ainda, que seu conceito sobre a fome transformou a ótica desta temática, em que o mesmo diz que “mais grave ainda que a fome aguda e total, devido às suas repercussões sociais e econômicas, é o fenômeno da fome crônica ou parcial, que corrói silenciosamente inúmeras populações do mundo”.<sup>4</sup> E a classificando como “flagelo fabricado pelos homens contra outros homens”<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Disponível em <http://www.josuedecastro.com.br/port/index.html>. Consultado em 08 nov 2014.

<sup>5</sup> Disponível em <http://www.josuedecastro.com.br/port/index.html>. Consultado em 08 nov 2014.

Pinheiro reforça a referência que Vasconcellos faz a respeito da questão da fome ter sido evidenciada no período Vargas (de 1930 a 1963), salientando que esta temática tornou-se um problema político, destacando suas causas dentro deste contexto:

No Brasil, as ações relacionadas à SAN são identificadas a partir da questão da fome e desnutrição. A questão da fome tornou-se um problema político no governo de Getúlio Vargas, no final da década de 30. De 1930 a 1963, período em que o país iniciava o seu processo de urbanização e industrialização, o perfil epidemiológico nutricional brasileiro caracterizava-se, sobretudo, pela elevada ocorrência das doenças nutricionais, relacionadas à miséria, à pobreza, à exclusão social e ao atraso econômico, representadas, naquela época, pela desnutrição energético-proteica (DEP) e pelas carências nutricionais específicas como as deficiências de vitamina A (hipovitaminose A), de ferro (anemia ferropriva) e de iodo (bócio). (PINHEIRO, 2008, p. 2).

O salário mínimo foi instituído no Brasil no ano de 1940, pelo Decreto-Lei nº 2.162. Neste mesmo ano foi criado o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), que atendia aos trabalhadores vinculados à Previdência Social. Seu objetivo era o de assegurar condições favoráveis e higiênicas à alimentação dos segurados dos Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões. Tendo vínculo com o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, vigorou até o ano de 1967. Este período marca o princípio, na prática, de uma política de alimentação e nutrição.

No final do Estado Novo, em 1945, foi criada a Comissão Nacional de Alimentação (CNA). Permanecendo até 1972, foi o órgão responsável por dar suporte ao governo na formulação da política nacional de alimentação. Ficando isto claro em seus objetivos, que eram de: estudar e propor normas da política nacional de alimentação; estudar o estado de nutrição e os hábitos alimentares da população brasileira; acompanhar e estimular as pesquisas relativas às questões e problemas de alimentação, entre outros.

Dando seguimento, também foram criadas outras instituições com a finalidade de auxiliar na elaboração e execução de políticas referentes à segurança alimentar e nutricional no país.

O Serviço Técnico de Alimentação Nacional (STAN), fundado em 1942 e extinto em 1945, tinha como objetivo orientar a indústria de alimentos. O Instituto de Tecnologia Alimentar (ITA), criado em 1944 tinha o objetivo de desenvolver conhecimentos técnico-científicos a fim de oferecer suporte à indústria de alimentos. O Instituto Nacional de Nutrição, criado em 1946, pelo Decreto – Lei nº 8.684, tinha como objetivo o auxílio no desenvolvimento de conhecimentos e também na capacitação de pessoal técnico e especializado.

Tornou-se vigente a intenção do governo em garantir legitimidade e hegemonia dentro da ordem capitalista, pois com esse conjunto de políticas sociais de alimentação e nutrição, demonstra que o Estado brasileiro foi em busca de novas formas de mecanismo, a fim de se manter consolidado, dentro de uma conjuntura que antes do período Vargas não era favorável.

A criação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), em 1972, passou a substituir a CNA e foi responsável, pelo menos no ponto de vista formal, pela elaboração de uma política nacional no combate aos problemas nutricionais do país. Apesar disso, suas atribuições eram bastante semelhantes às das instituições anteriormente criadas.

Trabalhadores de áreas rurais, gestantes e crianças, sendo segmentos vulneráveis da população foram alvos nos atendimentos de programas elaborados pelo INAN. Alguns são: Programa de Nutrição em Saúde (PNS), Programa de Complementação Alimentar (PCA).

O INAN tutelou o I Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (I PRONAN), instituído em 1973, tendo suas diretrizes pautadas no I Plano Nacional de Desenvolvimento. O II PRONAN foi criado no ano de 1976, que deveria ter duração coincidente com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979), mas em função da não aprovação do III PRONAN foi prorrogada sua execução até 1984.

Verificamos, até aqui, que houve diversas tentativas para se combater a insegurança alimentar, com criação de instituições e desenvolvimento de programas. Entretanto, não se sanou a causa do problema, pois as atribuições destas iniciativas sempre foram muito similares, mas não alteravam a estrutura de acesso desigual aos alimentos, decorrentes da sociedade capitalista.

Em outras palavras, se as ações implementadas não davam respostas à problemática vivida por muitos no que tange a vulnerabilidade alimentar, verifica-se que não existe possibilidade efetiva de mudança e consequentemente não se rompe com o círculo vicioso da desnutrição e pobreza.

## **2.2. A Década de 80**

Entre os anos de 1985 e 1986 foram elaborados três instrumentos específicos de políticas sociais referentes ao combate à fome: o Plano Subsídios para a Ação Imediata contra a Fome e o Desemprego, o segundo e o terceiro denominados Prioridades Sociais, sendo um em 1985 e outro em 1986.

Ainda em meados dessa década, houve a primeira referência à expressão “segurança alimentar”, no contexto das políticas governamentais brasileiras. Sendo formulada em 1985 no Ministério da Agricultura uma proposta de “política nacional de segurança alimentar”.

No ano posterior, a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, consagrou a alimentação como direito de cidadania. Com o fim da Ditadura (1964), houve o processo de redemocratização. Simultaneamente as desigualdades sociais se acirraram e a questão da fome tornou-se mais visível.

Diversos e diferentes programas que representaram formas de execução da política nacional de alimentação e nutrição foram registrados até o final dos anos 80, entretanto, os programas existentes foram sendo aos poucos técnica e financeiramente esvaziados devido às edições dos Plano Cruzado<sup>6</sup>, Plano Bresser<sup>7</sup> e do Plano Verão<sup>8</sup>.

Em 1988 tem-se a consagração dos direitos sociais com a reformulação da Constituição Federal. Concomitante a isso, o país assiste ao avanço de propostas neoliberais, na condução do Estado, onde, em função da estabilização do país, sucessivos planos no âmbito da economia obtiveram maior destaque e relevância. Mesmo assim, ainda cinco programas de alimentação e nutrição se mantiveram em andamento: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), Programa de Suplementação Alimentar (PSA), Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes (PNLCC), Programa de Complementação Alimentar (PCA).

Os programas coordenados pelo INAN, referente à linha de complementação e apoio também foram mantidos. São eles: Combate à Anemia Nutricional e à Hipovitaminose A; Combate ao Bócio; Combate à Cárie Dental; Incentivo ao Aleitamento Materno e o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). Entretanto, o Programa de Abastecimento Popular (PAP) e o Programa de Abastecimento de Alimentos Básicos em Áreas de Renda Baixa (PROAB), foram extintos.

---

<sup>6</sup> O Plano Cruzado foi um plano econômico lançado em 28 de fevereiro de 1986, durante o governo de José Sarney. Tinha como principal objetivo a redução e controle da inflação, que na época era muito elevada. Maiores informações em [http://www.suapesquisa.com/economia/plano\\_cruzado.htm](http://www.suapesquisa.com/economia/plano_cruzado.htm)

<sup>7</sup> O Plano Bresser foi elaborado no primeiro semestre de 1987 pelo então ministro Luis Carlos Bresser Pereira. Tinha como objetivo debelar o processo inflacionário. Tal plano incorporava as características positivas do Plano Cruzado. Maiores informações em <http://www.portaleducacao.com.br/administracao/artigos/29582/plano-bresser>

<sup>8</sup> O Plano Verão foi implantado em 16/01/1989, data em que ocorreu a conversão da moeda: Cz\$ 1.000,00 (mil cruzados) passaram a valer NCz\$ 1,00 (um cruzado novo). Os Bancos tiveram um prazo para se adaptarem às normas do Plano Verão, motivo pelo qual há extratos de Poupança de fevereiro de 1989 com valores expressos nas duas moedas. Maiores informações em <https://www.jfrs.jus.br/pagina.php?no=360>

Em síntese, a questão da alimentação sempre esteve presente em programas ou planos de governo, porém seu enfrentamento tratado de forma paliativa e fragmentada. Logo, a execução de “programas”, principalmente aqueles voltados para a distribuição de alimentos, mostrou-se ineficiente no combate ao problema alimentar e nutricional da população brasileira, pois essa prática só se justifica em situações emergenciais, não sendo viável que se torne contínua.

Uma Política de Alimentação e Nutrição aplicada de forma efetiva e consciente é aquela que rompe com práticas populistas e assistencialistas. Atender ao contingente da população que se encontra enfrentando a miséria e a fome de maneiras emergencial e assistencial, só surtirá efeito quando houver uma redistribuição de renda significativa, pois certamente a alimentação é um dos itens que mais pesa no orçamento familiar, sendo a renda um importante fator que interfere na obtenção de uma dieta alimentar saudável e completa.

### **2.3. A segurança alimentar nos anos 90 ou pós Constituição**

No início dos anos 90, os programas de alimentação e nutrição, que já eram pontuais e fragmentados, foram desmobilizados em função das características das políticas neoliberais<sup>9</sup>. Este corte neoliberalizante priorizou outras áreas, trazendo por consequência paralisia no âmbito social.

O Governo Collor trouxe irregularidades administrativas e na gestão de recursos, verificadas em relação a vários dos programas citados. Ocorreu um desmonte do aparato do estado responsável pela execução das ações sociais. Os recursos destinados à área social escassearam e, conseqüentemente, os resultados dos programas foram seriamente prejudicados. (BARROS; TARTAGLIA, 2003, p. 120).

Por conta dessa situação, a sociedade civil se mobilizou e alguns movimentos sociais foram criados. E um desses movimentos que adquiriu grande repercussão foi a *Ação de Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida*. Teve sua origem no ano de 1993, governo do Presidente Itamar Franco. Tendo por fundador Herbert de Souza (Betinho). Com sua ação principal voltada para a arrecadação e distribuição de alimentos aos indivíduos em situação de fome.

---

<sup>9</sup> Na política, neoliberalismo é um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia, onde deve haver total liberdade de comércio, para garantir o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país. Os autores neoliberalistas afirmam que o estado é o principal responsável por anomalias no funcionamento do mercado livre, porque o seu grande tamanho e atividade constroem os agentes econômicos privados. Maiores informações em <http://www.significados.com.br/neoliberalismo/>

Esse movimento foi abraçado por diversos artistas, que juntos com Betinho fizeram uso da mídia, a fim de mobilizarem a população no sentido de estimular a sociedade civil no combate à fome. Por meio de uma carta denominada *Carta de Ação de Cidadania* que denunciava a fome e a miséria vividas por milhões de brasileiros o movimento foi oficialmente criado.

Tendo por objetivo associar o direito à alimentação à cidadania, a frase “Quem tem fome, tem pressa” tornou-se o *slogan* desse movimento, adquirindo por principal eixo de atuação uma extensa rede de mobilização formada por comitês locais da sociedade civil organizada, transformando-se no movimento social mais reconhecido do país, protagonizando diversos eventos, tais como: Show pela Vida e Natal Sem Fome.

Atualmente com mais de 20 anos de história, a Ação da Cidadania continua defendendo a bandeira pela qual, por meio da arte, educação, cultura e cidadania é possível mudar o cenário cruel da fome, assim como elucidou Betinho:

“A cultura apareceu para construir no campo arrasado, para levantar do chão tudo que foi deitado. O que importa é alimentar gente, educar gente, empregar gente. E descobrir e reinventar gente é a grande obra da cultura. Uma obra que será nossa. Será porque a cultura continua a pensar, discutir, reunir, transformar. A arte sabe e quer dizer mais, muito mais. A arte tem o poder de transformar, nem que seja primeiro na ficção, na imaginação”. (Herbert de Souza).<sup>10</sup>

Entretanto, paralelo ao que estava acontecendo em 1993, o governo federal, na tentativa de mudar o quadro de fome e desnutrição no Brasil, publicou através do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) um estudo denominado “Mapa da Fome: Subsídios à Formulação de uma Política de Segurança Alimentar”, constatando que o país encontrava-se num “estado de calamidade social”, fazendo com que se buscassem medidas de reversão deste quadro.

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) então foi criado, integrando oito Ministros de Estado (Saúde, Educação, Bem Estar Social, Trabalho, Fazenda, Planejamento, Agricultura e Secretaria Geral da Presidência da República) e representado por vinte e um cidadãos brasileiros, vindos de diversos segmentos da sociedade. Sem pretensões de criar novos programas, seu objetivo era de executar os que já estavam em prática.

---

<sup>10</sup> Disponível em <http://www.acaodacidadania.com.br/?page=quemsomos> Consultado em 07 nov 2014.

A I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, datada no ano de 1994, foi o produto da mobilização feita pela Ação da Cidadania e pelo Primeiro Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).

Embora recentemente criado, houve algumas limitações impostas ao CONSEA, o mesmo também sofreu uma redução em sua atuação, pois problemas relativos às restrições orçamentárias, precariedade de funcionamento e má articulação com as instituições resultaram em 1995 na sua substituição pelo Programa Comunidade Solidária.

O Comunidade Solidária tinha por objetivo o combate à fome e a pobreza através da coordenação das ações governamentais que estavam debruçadas no atendimento da parcela da população desprovida de meios para suprir suas necessidades básicas. Era totalmente vinculado à Presidência da República e integrado por uma secretaria executiva e um conselho, além de criar uma Agenda Básica constituída de uma série de programas sociais.

Em 1999 o Conselho Nacional de Saúde aprovou um documento que estabeleceu as bases da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN). A I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional contribuiu para a formulação dos eixos de ação desta política, sendo um deles a necessidade de programas de alimentação e nutrição para grupos populacionais nutricionalmente vulneráveis.

Como estratégia de atendimento à população mais pobre, o governo federal adota programas de transferência de renda, embasado em vários outros programas já implementados em estados e municípios. Foram criados então os programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Bolsa Renda.<sup>11</sup>

## **2.4. Combate à fome na transição para o século XXI**

Durante o ano de 2001 a campanha de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República mobilizou militantes e simpatizantes, no sentido de elaborarem o Projeto Fome Zero. Sendo uma proposta de Política de Segurança Alimentar e instrumento significativo para sua candidatura.

---

<sup>11</sup> Maiores informações em BARROS, Maria Sylvia Carvalho; TARTAGLIA, José Carlos. **A política de alimentação e nutrição no Brasil: breve histórico, avaliação e perspectivas.** Revista de Alimentos e Nutrição Araraquara, v. 14, n. 1, 2003.

A eleição do Presidente Luís Inácio Lula da Silva representou avanços significativos no campo da segurança alimentar. Pois o mesmo já demonstrava no início de seu governo que com a criação do Fome Zero o direito humano à alimentação adequada estaria garantido por meio desta estratégia nacional.

O CONSEA foi reinstituído em 2003, agora com a função de ser um instrumento de articulação entre o governo e sociedade civil, além disso, também cumpre o papel de assessorar o Presidente da República na análise, a partir do acompanhamento e monitoramento de programas sociais e políticas públicas no campo da alimentação e nutrição.

Podemos afirmar, então, que a partir do movimento social “Ação e Cidadania” o combate à fome foi integrado ao governo de Lula tendo a estratégia Fome Zero como carro-chefe de suas políticas sociais. Somado a isso, com restabelecimento do CONSEA abriram-se possibilidades de se construir uma política ampla, no sentido de englobar os diversos aspectos relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Inclusive, criando um Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (MESA), posteriormente extinto, sendo a ação integrada com as políticas que deram origem ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em 2004.

Em 23 de janeiro de 2004, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) - para promover o desenvolvimento social e combater a fome visando à inclusão e a promoção da cidadania, garantindo a Segurança Alimentar e Nutricional, uma renda mínima de cidadania e assistência integral às famílias (MACEDO, 2009, p.40).

Sendo o Fome Zero uma estratégia de combate à fome nas suas causas profundas, propôs que a Política de Segurança Alimentar para o Brasil fosse executada por três grupos de políticas: políticas estruturais, que correspondem ao enfrentamento do nível mais crítico da fome e da pobreza; políticas específicas, que tem seu público alvo formado por famílias que não conseguem alimentar-se com qualidade; políticas locais, estas são de responsabilidade das prefeituras municipais e da sociedade civil.<sup>12</sup>

Com a promoção de novas políticas específicas por intermédio do Fome Zero, o governo conquistou maior articulação, alcançando apoio de empresários e voluntários. Outro ponto positivo foi que a segurança alimentar fez com que a compra de alimentos locais fosse mais estimulada.

---

<sup>12</sup> Maiores informações em YASBEK, Maria Carmelita. **O programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileiras**. *São Paulo Perspec.*, Jun 2004, vol.18, no.2, p.104-112. ISSN 0102-8839



Mesmo com a extinção do MESA, a segurança alimentar continuou ganhando espaço de prioridade, pois se estruturou no âmbito de atuação do MDS uma Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN).

Esta secretaria é responsável pelas seguintes ações: Programa Cisternas; Fomento às Atividades Produtivas Rurais; Projetos de Apoio à Estruturação da Produção Familiar; Projetos de Apoio aos Povos e Comunidades Tradicionais; Programa de Aquisição de Alimentos – PAA; Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos; Apoio à Implantação e Monitoramento das Ações do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN; Rede de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (restaurantes populares, cozinha comunitária, banco de alimentos).

A fim de que se fossem apontadas diretrizes para a segurança alimentar no Brasil, a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2004), foi realizada em construção conjunta entre ações do governo e sociedade civil, para a elaboração de uma lei orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), na garantia da regulamentação de suas políticas.

Com o desdobramento da II Conferência, a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República, no dia 15 de setembro de 2006. Esta criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada.

No capítulo I, das disposições gerais, em seu artigo 1º, se define a Lei e no seu artigo 2º reafirma o direito à alimentação adequada:

Art. 1º Esta Lei estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada.

Art. 2º A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

Este mesmo capítulo, no artigo 4º, são contempladas as competências da Segurança Alimentar e Nutricional, no sentido de que seja assegurado o direito a uma alimentação condizente com o que está proposto.

O indivíduo ter direito à alimentação até pouco tempo não era uma conquista descrita na Constituição Federal de 1988, esta que é considerada a Constituição Cidadã. Houve uma modificação neste contexto quando no ano de 2010 o Congresso Nacional aprovou o Projeto de Emenda Constitucional nº 047/2003 alterando o artigo 6º da lei referida, ou seja, reconhecendo o direito à alimentação como um direito fundamental ao ser humano, inserido no conjunto de direitos sociais.

O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) está previsto em vários tratados internacionais de Direitos Humanos, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) é um exemplo.

A LOSAN foi regulamentada por meio do Decreto Federal nº 7.272, no ano de 2010, pelo Presidente Inácio Lula da Silva. Com isso, foi instituída a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), que estabelece os parâmetros para a formulação do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Estando constituído em seu artigo 4º os objetivos da PNSAN, o inciso 2º representa a temática central deste trabalho, pois trata da articulação de programas e ações voltados para uma alimentação adequada. Ou seja, o Programa Banco de Alimentos efetiva esta função, pois tem em sua essência o combate ao desperdício alimentar, na busca da garantia de uma alimentação digna aos que não tem acesso contínuo à mesma, fazendo isso por meio de doações.

## **2.5. Resultados das ações dentro da Política de Segurança Alimentar e Nutricional**

Estudos referentes ao mapa da fome no Brasil fazem um levantamento no percentual da população no que tange à renda. Podemos citar estudos feitos pelo Relatório de Desenvolvimento Humano 2014, sendo este publicado pelo Programa das Nações Unidas e ainda o Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, com sua organização realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).<sup>13</sup>

Constatou-se nesses estudos que entre os anos de 2001 a 2012, a renda dos 20% mais pobres da população brasileira cresceu três vezes mais em relação à renda dos 20% mais

---

<sup>13</sup> Disponível em [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/noticias/arquivos/files/SOFI4\\_10\\_09-2.pdf](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/noticias/arquivos/files/SOFI4_10_09-2.pdf) Consultado em 01 dez 2014

ricos. Apesar de não haver alterações nos índices de desigualdade social, no que refere à segurança alimentar, percebe-se alguns avanços em decorrência das políticas adotadas pós Constituição, principalmente a partir do Governo do Presidente Lula.

Em um horizonte mais amplo, de 1990 a 2012, a parcela da população em extrema pobreza passou de 25,5% para 3,5%. Em relação ao estado nutricional, a prevalência de déficit de altura em crianças menores de cinco anos de idade caiu praticamente à metade entre 1996 e 2006 - de 13,4% para 6,7%. A aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE, em 2004 e em 2009, revelou uma diminuição em 25% da insegurança alimentar grave no período.<sup>14</sup>

Com tantas iniciativas de enfrentamento à fome, se faz relevante para a construção deste texto uma notícia que foi anunciada pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) em 13 de outubro de 2014, em que o diretor-geral José Graziano da Silva, em reunião com o Secretário Executivo do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil, Marcelo Cardona, informou que o Brasil está fora do Mapa da Fome da FAO.

Segundo Cardona esse “é o resultado de muito trabalho e de uma decisão política do governo brasileiro, que investiu nos mais pobres por meio de políticas que possam realmente contribuir para a redução da fome”<sup>15</sup>, referindo-se à política de segurança alimentar e nutricional e os programas de transferência de renda, Bolsa Família e BPC (Benefício de Prestação Continuada).

Entretanto, apesar dessas conquistas e avanços, ainda se tem um longo caminho a percorrer. Visto que um contingente grande da população continua sofrendo com a insegurança alimentar. Políticas emergenciais de Segurança Alimentar são indispensáveis para que haja o enfrentamento desta problemática. Porém, a continuidade das mesmas de forma estruturada se torna fundamental, pois consiste em resultados que podem mudar a conjuntura até aqui construída, proporcionando também a autonomia dos seus beneficiários.

Não se pode esquecer que décadas de clientelismo consolidaram neste país uma cultura tuteladora que não tem favorecido o protagonismo nem a emancipação dos usuários das políticas sociais, especialmente da Assistência Social (os mais pobres). Ou seja, permanecem nas políticas de enfrentamento à pobreza brasileira concepções

---

<sup>14</sup> Disponível em [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/noticias/arquivos/files/SOFI4\\_10\\_09-2.pdf](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/noticias/arquivos/files/SOFI4_10_09-2.pdf) Consultado em 01 dez 2014

<sup>15</sup> Disponível em <https://www.fao.org.br/Bsmfpdp.asp> Consultado em 07 nov 2014

e práticas assistencialistas, clientelistas e patrimonialistas, além da ausência de parâmetros públicos no reconhecimento de seus direitos, reiterando a imensa fratura entre direitos e possibilidades efetivas de acesso às políticas sociais de modo geral. (YASBEK, 2004, p. 105).

A insuficiência de renda que contribui como principal elemento para que indivíduos extremamente pobres não obtenham quantidade adequada de alimentos, ganha reforços com um fator denominado desigualdade, que conquistou estabilidade na história do país.

## **2.6. Acesso aos alimentos x desperdício de alimentos**

Existem três elementos que possibilitam a eficácia no consumo adequado dos alimentos, são eles: quantidade suficiente, qualidade e regularidade.

Esta observação permite constatar que não é apenas elevar a renda das pessoas pobres que tal problemática terá solução, se faz necessário que a renda garanta a utilização de um consumo alimentício benéfico para saúde.

O consumo de alimentos deve ser feito de forma digna, sendo nutritivo e saudável, indo ao encontro ao atendimento das necessidades que possibilitam uma vida adequada.

É relevante destacar que a alimentação disponibilizada para consumo precisa estar livre de qualquer tipo de contaminação, riscos que advêm de problemas decorrentes de prazos de validade vencidos ocasionando apodrecimento nos produtos.

Manter um contínuo acesso aos alimentos significa que as pessoas têm a oportunidade de se alimentarem ao menos três vezes durante o dia, entretanto, essa regularidade não deve ser produto de benemerência ou se apresentar disfarçada de ações de caridade, mas sim ser prioritariamente uma obrigação exercida pelo Estado.

O Brasil não apresenta problemas quanto a sua oferta de alimentos, a questão é que o desperdício dos mesmos torna-se um impasse, pois sua ocorrência contínua não permite que os mantimentos sejam consumidos. Simultaneamente a isso, é um país com uma acentuada concentração de riquezas nas mãos de uma parcela mínima da população.

Existe um ciclo que envolve esse desperdício, tal se inicia no próprio campo durante os períodos de colheita, passando para o transporte quando muitos alimentos caem dos veículos transportadores, seguindo no processo de armazenagem e comercialização, até o momento de seu consumo.

Nas empresas também ocorrem desperdício alimentar, isso se dá quando existe um excedente grande de mercadoria, e tais já se encontram fora do prazo de validade, não sendo mais conveniente sua comercialização.

Conclui-se então que referente a isto, o Banco de Alimentos torna-se protagonista de ação ao combate de desperdício de alimentos, pois as empresas têm neste equipamento da Segurança Alimentar um meio de transformação deste cenário de perda alimentícia.

## **CAPÍTULO 3**

### **3. Uma experiência concreta: O Banco de Alimentos de Nova Iguaçu**

#### **3.1. Concepção de Banco de Alimentos**

O Banco de Alimentos, vinculado à Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), faz parte de uma rede de equipamentos públicos, criado para viabilizar a operacionalização da Segurança Alimentar e Nutricional, contribuindo para a efetivação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). É uma iniciativa do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), tendo em sua formulação a participação do Departamento de Promoção de Sistemas Descentralizados, no âmbito da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN).

Após esse esclarecimento a respeito dos órgãos que formaram e/ou auxiliaram na construção do Banco de Alimentos, será tratada adiante a formulação do mesmo, suas atribuições enquanto equipamento da Segurança Alimentar, as competências, a quem se direcionam as ações direta e indiretamente, que tipo de atividade desenvolve, quais profissionais estão habilitados para atuar neste programa. Enfim, com o levantamento destas informações se obterá a dinâmica do funcionamento do Banco de Alimentos.

Para o MDS o Banco de Alimentos é definido como:

Uma iniciativa de abastecimento e segurança alimentar que tem como objetivo arrecadar alimentos, por meio de articulação do maior número possível de unidades de comercialização, armazenagem e processamento de alimentos, visando o recebimento de doações de alimentos fora dos padrões de comercialização, mas sem nenhuma restrição de caráter sanitário (produtos inadequados para a comercialização, mas próprios para consumo humano). (MDS, 2006, p.12).

Através desta definição pode-se afirmar que o Banco de Alimentos foi criado em função do combate ao desperdício de alimentos, gerando o estímulo a uma Segurança Alimentar voltada para uma conjuntura que se difere daquela vivida pelos indivíduos que sofrem de vulnerabilidade alimentar. Visto que com a criação deste equipamento pode existir a possibilidade da viabilização de uma alimentação adequada, de boa qualidade e própria para consumo.

O Banco de Alimentos funciona por meio de doações, como grande parte dos alimentos desperdiçados tem origem em indústrias alimentícias e ramos do comércio que trabalham com refeições, a alternativa adequada para a arrecadação de doações surgiu desta

ideia, pois é uma estratégia que une o útil ao agradável, ou seja, para que os alimentos não sejam desperdiçados uma opção de destino é doá-los. Entretanto, os alimentos devem estar apropriados para serem digeridos, não causando risco para os que deles usufruírem.

Sobre o critério de implementação do programa, o MDS diz:

Em geral, os Bancos de Alimentos são implantados em municípios de maior porte (população acima de 50.000 habitantes), onde os índices de desperdício são mais elevados, justamente em razão de haver maior concentração de redes de auto-serviço, restaurantes industriais, indústrias de alimentos e centros produtores e expedidores de hortifrutícolas e, por outro lado, maior concentração de entidades assistenciais que atendam parcela da população urbana em situação de vulnerabilidade alimentar. (MDS, 2006, p.13).

Sendo selecionado o município que irá implementar este Programa, a primeira tarefa é buscar parcerias que disponibilizem as doações. As doações vão para o equipamento e a função do Banco de Alimentos segundo o MDS é:

Após feita a seleção, classificação, processamento ou não, porcionamento e embalagem, estes alimentos são distribuídos gratuitamente para entidades assistenciais, de acordo com suas reais necessidades de consumo, definidas a partir de um trabalho de avaliação desenvolvido pela equipe do próprio Banco de Alimentos. (MDS, 2006, p. 12).

Para que uma entidade possa participar de um Banco de Alimentos se faz necessário que a mesma respeite os princípios que norteiam o Banco, ou seja, não ter fins lucrativos, pois o que é proposto pelo Programa nada tem a ver com geração de renda para o mesmo, já que se trata de combate à fome, associado ao não desperdício de alimentos. Além disso, a entidade deve ter registro no Conselho de Assistência Social ou de Políticas Públicas, como elucida o MDS:

Com isso, constituem a clientela do Banco de Alimentos entidades privadas, sem fins lucrativos, em geral, registradas ou em processo de registro no Conselho Municipal de Assistência Social ou em outros Conselhos de Políticas Públicas, que atendam gratuitamente pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar, por meio da produção e do fornecimento de refeições. Estão entre elas os mais diversos tipos de entidades: creches, asilos, albergues, casas de recuperação, abrigos para crianças e idosos, orfanatos, entidades que atendem população de rua. (MDS, 2006, p.12).

Essas entidades desenvolvem trabalho social por meio de doação de alimentos, por exemplo, doação de cestas básicas ou fornecimento de refeições, atendendo um público alvo bastante diversificado, que alcança desde crianças, perpassando por todas as etapas da vida humana, até chegar ao idoso.

O Banco de Alimentos é composto por uma equipe técnica formada pelos seguintes profissionais: um coordenador, um nutricionista ou profissional da área de alimentação, um

assistente social, um assistente administrativo, um encarregado operacional, três auxiliares gerais, um motorista, dois estagiários de nutrição ou áreas afins.

Para que uma instituição entre na lista de beneficiária do Banco, é realizado um processo de seleção e credenciamento sob a responsabilidade do profissional de Serviço Social. O assistente social realizará estudos e levantamentos de informações da população atendida pela instituição, pois é uma maneira de conhecer aqueles que são atendidos, bem como da dinâmica das instituições candidatas a fazerem parte do equipamento. O credenciamento verifica a real necessidade do recebimento das doações e busca obter informações das atividades realizadas pela instituição, que tipo de atendimento desempenha, qual volume de alimento que consome. Somado a isso, as condições de higiene do local dos mantimentos e o modo de preparo dos alimentos também devem ser bons.

Uma vez credenciadas, todas essas informações são averiguadas anualmente, mediante visitas institucionais, para que as entidades que já são beneficiárias do Banco de Alimentos continuem seguindo as orientações dos profissionais do equipamento.

As organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, assim como também governos municipais, podem usufruir dos benefícios do Banco de Alimentos. Entretanto, existe uma ressalva para este feito, que o MDS esclarece:

No caso de iniciativa de uma organização da sociedade civil, o Banco de Alimentos deverá ter personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, ou existir como um programa dentro de uma organização que já desenvolve trabalhos voltados ao atendimento de determinada população vulnerável. No caso de iniciativa do governo municipal, o Banco de Alimentos pode constituir-se como um programa vinculado o órgão público responsável pela política de segurança alimentar, a exemplo de uma secretaria, considerada a forma mais simples e rápida de colocá-lo em funcionamento (MDS, 2006, p.13).

Está inserido na conjuntura do Banco de Alimentos a melhoria no aproveitamento integral dos alimentos, de maneira que produtos que estariam destinados a serem jogados no lixo, não por estarem estragados, mas por não terem mais serventia para comercialização, pois são sobras limpas do excedente de produção, agora com essa iniciativa possam beneficiar inúmeros indivíduos vítimas dessa sociedade mercantil, que descarta produtos com potencial de fazer parte da dieta alimentar de muitas famílias.

Vejamos agora como o Banco de Alimentos ganha validade na sua atuação, mediante o que menciona o MDS:

Independente do vínculo, aconselha-se a elaboração de um estatuto ou um regimento interno para o Banco de Alimentos. Isso favorece a sua organização, permite a transparência nos seus atos e legitimidade na sua atuação. Além disso, é aconselhável também que seja formado um Conselho Gestor, com participação da



sociedade civil (representantes do setor alimentício, das entidades assistenciais, parceiros, universidades, outros) e de outros órgãos do poder público. A formação deste Conselho significa a garantia da democracia na gestão do Banco de Alimentos, devendo fiscalizar a atuação dos seus dirigentes, dando maior transparência, sustentabilidade e legitimidade ao instrumento. (MDS, 2006, p. 13,14).

Para finalizar é relevante dizer que o êxito de um Programa como esse, que impulsiona o estímulo ao crescimento e desenvolvimento da segurança alimentar e nutricional, precisa estar muito além de oferecer sustento a quem tem fome, ou seja, por trás desse objetivo principal é imprescindível um trabalho de resgate de cidadania, conscientização de direitos e dignidade.

### **3.2. Banco de Alimentos de Nova Iguaçu**

O Banco de Alimentos de Nova Iguaçu é uma parceria da cidade com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), inaugurado em novembro de 2009 pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Prevenção da Violência (SEMASPV), com sua gestão sob responsabilidade do Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional (DESAN). É dividido em duas partes: a Central de Arrecadação e Recepção de Alimentos e o escritório administrativo.

A Central de Arrecadação e Recepção de Alimentos, no período do meu estágio, que foi entre os meses de agosto a dezembro de 2014, estava situada à Rua Otávio Tarquino, 896, Centro – Nova Iguaçu. Já o escritório na Rua Dr. Luiz Guimarães, 956 – Centro – Nova Iguaçu, no prédio da Secretaria Municipal de Assistência Social. A nova sede do equipamento, que irá unificar as atividades em um mesmo local, está em construção.

O Banco de Alimentos participou e foi classificado em um convênio de nº 774815<sup>16</sup> com o MDS por meio de um edital no ano de 2012, denominado MDS/SESAN nº06/2012, direcionado para Modernização do Banco de Alimentos de Nova Iguaçu/RJ, por meio da elaboração do projeto de engenharia, reforma de edificação e aquisição de equipamentos e utensílios.

Sua equipe técnica é formada por: assessor administrativo, motorista, coordenadora administrativa e operacional, apoio logístico e operacional, agente administrativo, coordenadora, responsável técnica, acompanhador de doadores, assistente social, engenheira de alimentação e estagiários.

---

<sup>16</sup> Disponível em

<http://transparencia.gov.br/convenios/DetalhaConvenio.asp?CodConvenio=774815&TipoConsulta=1&UF=rj&CodMunicipio=5869&CodOrgao=55000&Pagina=&Periodo=> Consultado em 15 set 2015

As empresas mantenedoras do Banco de Alimentos são a Granfino, a Central Estadual de Abastecimento (CEASA), o Serviço Social do Comércio (SESC), a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - hortifrúti de Sumidouro e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - peixe de Itaperuna.

O equipamento arrecada uma variedade de gêneros alimentícios, disponibilizando produtos de época e os sazonais, tais como: beterraba, aipim, laranja, banana, abobora baiana, abobrinha verde, caqui, repolho berinjela, couve-flor, chuchu, tomate, pepino, manga, e outras variedades podendo ser citadas água de coco, biscoito, fubá, farinha de mandioca, suco, peixe e iogurte.

### **3.3. Relação das empresas com o equipamento**

A doação de alimentos pelas empresas parceiras do Banco de Alimentos é feita quando estas têm produtos excedentes ou quando os mantimentos não estão bons para comercialização, mas ainda úteis para o consumo. Esta é uma operação isenta de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e, portanto, sem nenhum ônus para os doadores.

O comunicado de que há produto para ofertar ao equipamento pode ser feito pelas próprias empresas, de modo que entrem em contato com a equipe técnica do Banco de Alimentos sinalizando que possuem mantimentos para doar, ou o equipamento pode fazer a ação inversa, ou seja, verificar se seus parceiros têm mercadoria para oferecer.

A dificuldade em fazer parceria com as empresas do ramo alimentício é perceptível e manter as relações já estabelecidas se torna um exercício contínuo. O Banco de Alimentos faz alianças com suas parceiras no sentido de também beneficiar quem o beneficia. Com isso, existe uma troca, isto é, as empresas que doam alimentos têm a divulgação de seu nome em ações que o equipamento venha realizar ou até mesmo em seus serviços e materiais de publicidade (criação de site, banners, panfletos, outdoors, etc.).

Além disso, não é sempre que as empresas doam, por esse motivo que a rotina de não parar com a busca para encontrar novos contribuidores é de extrema importância. Tendo um leque amplo e expressivo de donativos, não permitirá que as instituições vinculadas ao Banco de Alimentos fiquem desprovidas de doações, já que todas dependem dos alimentos que lhes são cedidos e contam com esse apoio.

Portanto, a partir do que foi exposto sobre o equipamento e as empresas, podemos concluir que essas empresas não realizam doações pelo simples fato de serem bondosas, ou

por se importarem com as instituições que receberão os alimentos. Há interesse sobre essa “prática beneficente”, ou seja, se as empresas não tiverem um retorno do equipamento, suas contribuições poderão diminuir, ou se tornarão efetivamente nulas.

### **3.4. Banco de Alimentos e suas instituições**

Para que uma determinada instituição possa tornar-se uma candidata à beneficiária do equipamento, a mesma passa por uma série de critérios. Tais critérios perpassam por diversos aspectos tanto legais, quanto de conhecimento da forma como a entidade atua perante a comunidade que está localizada.

Anualmente existe um período de cadastro de instituições, que geralmente acontece no primeiro semestre do ano. Sendo que no segundo semestre o Banco de Alimentos se encarrega de fazer o recadastramento das mesmas, pois assim tem o controle das entidades que dele são beneficiárias e também estará ciente daquelas que não se enquadram mais nos seus critérios.

O primeiro contato da instituição com o equipamento se dá por intermédio de pessoas que conhecem o trabalho do Banco de Alimentos e atuam em entidades que realizam atividade social. Estas pessoas comparecem ao escritório do Banco de Alimentos, expondo o desejo de participar do equipamento.

Após esclarecimentos sobre o funcionamento do Programa, se é preenchida uma ficha de cadastro caso haja o desejo por parte do responsável de a instituição tornar-se beneficiária. Posterior a esse procedimento, a pessoa é comunicada de que a sua entidade receberá visita do assistente social junto com a engenheira de alimentos, entretanto sem dia marcado, a fim de que estas profissionais possam conhecer o espaço.

Existe uma variedade de tipos de instituições que o Banco de Alimentos atende com doações: creches, asilos, igrejas, centros espíritas, abrigos, centro de recuperação. Todas sem fins lucrativos, que disponibilizem os alimentos para os usuários, ou seja, pessoas mais vulneráveis social e economicamente. Muitas enfrentam grandes adversidades, pois vivem exclusivamente de doações e precisam destas para se manter ativas.

### **3.5. As funções do Assistente Social**

Como já citado, o assistente social é responsável pela visita institucional. Esta é realizada tanto para cadastrar a instituição, quanto para recadastrá-la.

A visita faz parte de uma análise que a profissional faz da instituição como um todo. Com isso, são averiguadas as condições em que o lugar se apresenta, exemplo, a cozinha, local de armazenamento dos alimentos, e, principalmente, o destino dos alimentos recebidos, pois isso é importante para detectar as reais necessidades da entidade e saber se atendem de maneira correta às famílias que beneficiam.

O Banco de Alimentos dispõem de alguns documentos que fazem parte das visitas. São fichas que o assistente social preenche e outras que ficam sob responsabilidade da instituição para serem preenchidas, entretanto, essas fichas voltam para o Banco de Alimentos.

As fichas de uso exclusivo do Serviço Social são:

- Declaração de visita institucional, informando em qual instituição foi, com qual responsável falou e suas observações;
- Declaração de comparecimento da instituição no escritório do Banco de Alimentos;
- Relatório de visita quando a instituição foi encontrada fechada, pois como essa atividade não pode ser avisada corre o risco de não ver a instituição funcionando, exemplo disso é igreja, que não está aberta todos os dias.

As fichas que são destinadas às instituições são as seguintes:

- Ficha de cadastro completa, essa contém todo tipo de informação que a equipe do Banco de Alimentos precisa para avaliar se a entidade vai ou não participar do equipamento, ou dar continuidade em sua lista de beneficiária, caso visita de recadastramento;
- Ficha com uma lista de documentos para cadastro e recadastramento, que a instituição deve apresentar na data combinada com a assistente social no Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional, contendo: Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), estatuto, ata de fundação, registro no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e ou/ registro no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), cédula de identidade e Cadastro de Pessoa Física (CPF) dos representantes legais, comprovante de endereço da instituição e plano de trabalho.

Não podendo deixar de citar a ficha “Checklist de auditoria – Boas Práticas de Manipulação”, esta tem o objetivo de registrar a estrutura da entidade, a maneira como os alimentos são manuseados, o tratamento do lixo, a temperatura dos alimentos que estão nos congeladores, enfim, os procedimentos padrão de higiene operacional. Entretanto esta

documentação é de encargo da engenheira de alimentos, mas vale mencionar, pois faz parte dos critérios avaliativos.

Por fim, o assistente social deve fazer relatório de cada instituição que visitou, contendo as informações dos locais e fazendo seu parecer como parte de sua análise institucional. Esses relatórios são mostrados para a coordenadora do equipamento e, em reunião, decidem os destinos das entidades, de acordo com os critérios do Banco.

### **3.6. Análises dos dados das instituições**

As visitas institucionais em que eu participei, enquanto estagiária do Banco de Alimentos de Nova Iguaçu, durante os meses de agosto de 2014 a dezembro de 2014, utilizei como estratégia encontrada que me proporcionou a possibilidade do desenvolvimento da pesquisa deste trabalho.

No decorrer desta atividade, pude conhecer a dinâmica de diversas instituições que fazem parte da lista de beneficiárias do equipamento. Para que essa aquisição fosse mais detalhada, me orientando na pesquisa, desenvolvi um questionário que contém 12 (doze) perguntas que me auxiliaram no estudo dos dados, no sentido de a) se construir os perfis das entidades atendidas; b) constatar se tais estão dentro dos critérios estabelecidos pelo equipamento para serem beneficiadas pelas doações e c) mostrar a relevância das ações aplicadas pelo Banco de Alimentos dentro da rotina das instituições.

Nesta análise constam 15 (quinze) variadas instituições, onde podemos encontrar igrejas, escolas, creches, centro de reabilitação, centro de atendimento à população em situação de rua, centro de atendimento da terceira idade, orfanato e associações.

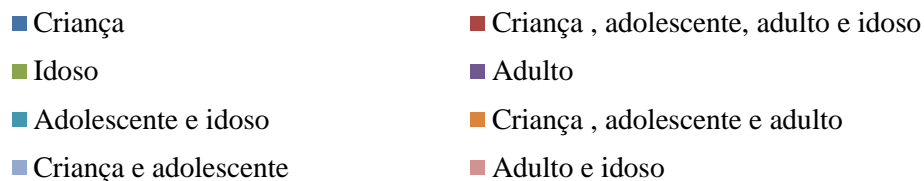
Escolhi quatro questões que norteiam essa pesquisa e dão origem a gráficos que poderão ser vistos abaixo, juntamente com as respectivas análises.

#### **GRÁFICO 1 - Público Alvo**

O primeiro gráfico consiste no tipo de público alvo que o Banco de Alimentos de Nova Iguaçu alcança, por intermédio das instituições. Tal público corresponde à crianças, adolescentes, adultos e idosos.

Podemos observar que o contingente mais atendido é o de criança, pois a maior parte das instituições é de cunho educacional, ou seja, creches e escolas. Sendo também verificado que entidades religiosas, que são de grande número na listagem de beneficiárias do equipamento, atuam na área do ensino e possuem instituições educacionais.

### Público Alvo



### GRÁFICO 2 – Alimentação Oferecida

Neste segundo gráfico, a análise corresponde ao tipo de alimentação que as instituições oferecem aos usuários. Estas podem ser de três tipos: refeição no local, cesta básica ou ambas.

O resultado evidencia que o maior tipo de alimentação é a refeição no local. Esta conclusão assemelha-se ao do primeiro gráfico, pois considerando que o maior público alvo são as crianças, devido estarem inseridas nas instituições educacionais, concluímos que tais instituições oferecem merenda nos recreios e as doações que recebem do Banco de Alimentos são utilizadas no preparo das refeições.

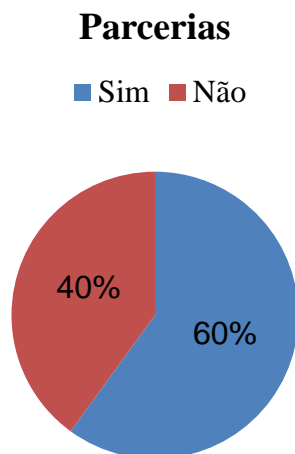
### Alimentação Oferecida



### GRÁFICO 3 – Parcerias

O gráfico terceiro registra a existência de outras parcerias que são construídas pelas instituições, além do Banco de Alimentos. Isto significa que apenas as doações do equipamento não são suficientes para a manutenção das entidades, visto que as doações feitas pelo Banco de Alimentos não são constantes e as instituições precisam encontrar outros meios para dar continuidade as suas ações, pois como as mesmas não têm fins lucrativos, a maneira de continuarem ativas é recebendo donativos.

As outras parcerias são diversas, atendendo demandas relacionadas à alimentação ou outras mais específicas. São elas: Fundação para Infância e Adolescência (FIA), Fundação Educacional e Cultural de Nova Iguaçu (FENIG), Sesc, Ceasa, Granfino, Ciferau, Organização Não Governamental Solidariedade França Brasil, Grupo Visão Mundial, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA) e doações de pessoas físicas. Contando também com o apoio da Prefeitura de Nova Iguaçu e a Secretaria Municipal de Educação – SEMED.



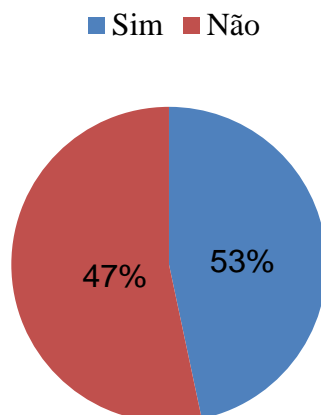
### GRÁFICO 4 – Presença de assistente social

O quarto e último gráfico trata de uma questão que considero interessante dentro desta pesquisa, pois nos mostra se as instituições possuem assistente social em sua gestão. A maioria das instituições deste estudo têm esse profissional, mesmo não sendo critério para ser beneficiada pelo equipamento.

Com a presença do assistente social nas entidades socioassistenciais, os usuários que se beneficiam das atividades das instituições podem, por meio deste profissional, ser conscientizados da importância que o Banco de Alimentos traz para a instituição, no intuito de não apenas fornecer alimentos para saciar a fome, vai além disso, é informar o direito a uma alimentação adequada, equilibrada e sadia.

Assim sendo, pode haver troca de conhecimento entre o assistente social do Banco de Alimentos e aquele que atua na instituição. Com isso, verifiquei durante as visitas institucionais que o assistente social do Banco de Alimentos utiliza esta atividade para informar sobre os demais equipamentos da assistência social existentes na cidade de Nova Iguaçu. Assim a construção de rede é viabilizada e as demandas dos usuários direcionados para os locais apropriados.

### **Presença de Assistente Social**



Para finalizar este capítulo, após termos visto uma sequência de gráficos e suas análises, fazer uma associação entre segurança alimentar e assistência social, destacando suas finalidades, que ao meu entender se convergem no âmbito da proteção social e alimentar é relevante.

Compreender que a segurança alimentar e nutricional é um direito fundamental do ser humano faz parte da luta ao combate à fome e ao desperdício de alimentos. Isto significa que o indivíduo precisa suprir sua necessidade alimentar de modo pleno, sem que sua saúde fique debilitada por falta de nutrientes. O que não acontece quando sua prática alimentar é inadequada.



A assistência social também promove a realização desse direito, no sentido de que a mesma é uma política que garante proteção social a todos que dela precisar. Estão assegurados pela proteção social aqueles que vivem sob o julgo da vulnerabilidade dentro do contexto da insegurança alimentar, ou seja, pessoas que consomem uma alimentação de qualidade duvidosa ou prejudicial à saúde, estas têm na assistência social a oferta de serviços e benefícios que contribuem na garantia de vida, redução de danos e prevenção de incidência de riscos.

Portanto, a articulação entre segurança alimentar e nutricional e assistência social está no direito em alimentar-se regularmente e adequadamente, sem que isso seja ofertado de modo benevolente, através de ações de caridade, mas sim uma conquista garantida em lei.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho foi elaborado com a finalidade de analisar o Banco de Alimentos de Nova Iguaçu, que é uma parceria do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) com a Secretaria Municipal de Assistência Social e Prevenção da Violência (SEMASPV) de Nova Iguaçu.

Este estudo acrescentou na compreensão de que a Segurança Alimentar e Nutricional é um direito fundamental para qualquer indivíduo e associado ao equipamento público Banco de Alimentos, esse direito adquiri a possibilidade do combate à fome e ainda a diminuição do desperdício de alimentos.

Quanto as normas do MDS, em minha análise considero que o Banco de Alimentos de Nova Iguaçu está em processo para atingir tais critérios. O equipamento ainda não tem um lugar adequado e fixo para receber suas doações, o quadro de funcionários não está de acordo com o que se é requisitado pelo MDS e até pouco tempo não havia o estatuto do equipamento.

Durante o período que estive inserida como estagiária nesse local, pude verificar possíveis entraves que permeiam as ações desenvolvidas pelo Banco de Alimentos.

Limites que precisam ser enfrentados consistem em não se permitir que esta iniciativa de combate à fome seja vista como mais uma ferramenta do assistencialismo. Apesar disso, não encontrei neste espaço alternativas que façam deste equipamento público um diferencial para mudar este cenário.

Outro aspecto que faz parte do conjunto de limitações está presente em uma das atribuições que dão sentido ao Banco de Alimentos, as doações. A quantidade de alimentos recebidos não é suficiente para suprir a demanda atendida, pois as doações não são de forma contínua, isso acaba prejudicando um acesso adequado à alimentação. Com isso, o equipamento cobra muito das instituições, mas o retorno por parte do próprio deixa a desejar e o mesmo fica a mercê das empresas doadoras e as instituições beneficiárias que dependem destes alimentos acabam buscando outras opções de parcerias.

O profissional de Serviço Social fica imerso na burocracia que envolve a realização das suas ações. Além disso, as visitas institucionais, que realiza sem data combinada com as instituições, faz com que esta atividade adquira um papel fiscalizatório, e não é este tipo de impressão que um assistente social deve apresentar. Sua função está em contribuir com um

trabalho socioeducativo dentro das instituições. Trabalhar de maneira que as entidades tenham neste profissional um canal de viabilização de direitos.

Posso concluir este trabalho com a reflexão de que, apesar das dificuldades, é válida a criação de estratégias de intervenção por parte da equipe profissional do equipamento, como exemplo posso citar reuniões com responsáveis das instituições, mostrando para estes representantes a importância das ações que o Banco de Alimentos possui e consequentemente a isso desenvolver um trabalho de conscientização, tanto para as empresas doadoras, quanto para as entidades beneficiadas.

Também seria interessante o desenvolvimento de cursos de capacitação (oficinas administrativas), este tipo de atividade auxiliaria no suporte da prática profissional dos técnicos inseridos no Banco de Alimentos, pois essas oficinas iriam aperfeiçoar as formas de trabalho já existentes e acrescentar promoção de conhecimento.

Para finalizar, oficinas socioeducativas ministradas para os representantes das instituições, contendo temas que perpassariam por assuntos referentes a idosos, crianças, Sistema Único de Assistência Social (SUAS), enfim, conteúdos de interesse das entidades atendidas. Seria uma contribuição por parte do equipamento para com a melhoria de atendimento que as instituições oferecem as suas demandas.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**Ação da Cidadania.** Disponível em:

<<http://www.acaodacidadania.com.br/?page=quemsomos>> Acessado em 07 nov 2014.

BARROS, Maria Sylvia Carvalho; TARTAGLIA, José Carlos. **A política de alimentação e nutrição no Brasil: breve histórico, avaliação e perspectivas.** Revista de Alimentos e Nutrição Araraquara, v. 14, n. 1, 2003. Disponível em <<http://serv-bib.fcfar.unesp.br/seer/index.php/alimentos/article/view/847/726>> Acessado em 08 nov 2014.

BELIK, Walter. **Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil.** Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v12n1/04.pdf> > Acessado em 01 dez 2014.

BURLANDY, Luciene. **A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersetorialidade no âmbito federal de governo.** Disponível em <<http://www.scielo.org/pdf/csc/v14n3/20.pdf>> \_Acessado em 08 nov 2014.

BURITY, Valéria; CARVALHO, Maria de Fátima; FRANCESCHINI, Thaís; LEÃO, Marília; RECINE, Elisabetta; VALENTE, Flavio. **Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional.** ABRANDH, 2010. Disponível em <[http://www.actuar-acd.org/uploads/5/6/8/7/5687387/dhaa\\_no\\_contexto\\_da\\_san.pdf](http://www.actuar-acd.org/uploads/5/6/8/7/5687387/dhaa_no_contexto_da_san.pdf)> Acessado em 08 nov 2014.

CASTRO, Anna Maria. **Biografia de Josué de Castro.** Disponível em<<http://www.josuedecastro.com.br/port/index.html>>. Acessado em 08 nov 2014.

**Constituição Federal de 1988.** Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)> Acessado em 08 nov 2014.

CORRÊA, Ana Maria Segal; KEPPLER, Anne Walleser. **Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional.** Disponível em <<http://www.scielo.org/pdf/csc/v16n1/v16n1a22.pdf>> Acessado em 06 nov 2014.

CUSTÓDIO, Marta Battaglia; CYRILLO, Denise Cavallini; FURQUIM, Nelson Roberto; SANTOS, Greice Maria Mansini dos. **Segurança Alimentar e Nutricional e a construção de sua política: uma visão histórica.** Disponível em <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/63527/1/1-Seguranca-alimentar-13-06-2011.pdf>> Acessado em 29 nov 2014.

**DECRETO Nº 7.272, DE 25 DE AGOSTO DE 2010.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm)> Acessado em 08 nov 2014.

**FAO.** Disponível em <<https://www.fao.org.br/Bsmfpfdp.asp>> Acessado em 07 nov 2014.

FREITAS, M. C. S. **Agonia da Fome.** Salvador: Edufba/Fiocruz, 2003

KEPPLER, Anne W. **O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil. Um retrato multidimensional. Relatório 2014.** Disponível em <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/noticias/arquivos/files/SOFI4\\_10\\_09-2.pdf](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/noticias/arquivos/files/SOFI4_10_09-2.pdf)> Acessado em 01 dez 2014.

LOSAN. **LEI Nº 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20042006/2006/lei/111346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2006/lei/111346.htm)> Acessado em 08 nov 2014.

MACEDO, Dione Chaves de. [et al.]. **A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL.** Rev. Simbio-Logias, V.2, n.1, Maio/2009. Disponível em <[http://www.ibb.unesp.br/Home/Departamentos/Educacao/Simbio-Logias/A\\_Construcao\\_da\\_Politica\\_de\\_Seguranca.pdf](http://www.ibb.unesp.br/Home/Departamentos/Educacao/Simbio-Logias/A_Construcao_da_Politica_de_Seguranca.pdf)> Acessado em 01 dez 2014.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Banco de Alimentos**. Disponível em <<http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/rede-de-equipamentos/banco-de-alimentos>> Acessado em 01 dez 2014.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa Acesso à Alimentação – Banco de Alimentos**. BRASÍLIA, JANEIRO DE 2006.

OLIVEIRA, Aline. **Especialistas alertam sobre diferença entre desnutrição e subnutrição**. Disponível em <[http://www.ibvivavida.org.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3150:not3330&catid=34:noticias&Itemid=54](http://www.ibvivavida.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3150:not3330&catid=34:noticias&Itemid=54)> Acessado em 29 nov 2014.

Palácio do Planalto Presidência da República. Disponível em <<http://www2.planalto.gov.br/noticias/2015/05/fome-cai-82-em-12-anos-no-Brasil-afirma-onu>> Acessado em 28 jan 2016.

PINHEIRO, Anelise Rizzolo de Oliveira. **Reflexões sobre o Processo Histórico / Político de Construção da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional**. Revista segurança alimentar nutricional; 15 (2): 1-15,2008. Disponível em <<http://www.bvsde.paho.org/texcom/nutricion/historico.pdf>> Acessado em 06 nov 2014.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. DISPONÍVEL EM <[HTTP://TRANSPARENCIA.GOV.BR/CONVENIOS/DETALHACONVENIO.ASP?CODCONVENIO=774815&TIPOCONSULTA=1&UF=RJ&CODMUNICIPIO=5869&CODORGAO=55000&PAGINA=&PERIODO=](http://TRANSPARENCIA.GOV.BR/CONVENIOS/DETALHACONVENIO.ASP?CODCONVENIO=774815&TIPOCONSULTA=1&UF=RJ&CODMUNICIPIO=5869&CODORGAO=55000&PAGINA=&PERIODO=)> ACESSADO EM 15 SET 2015.

TAKAGI, Maya. Belik, Walter. **A Implantação da Política Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: entre a caridade e os gastos sociais**. Disponível em <[http://ieham.org/html/docs/Politica\\_SAN\\_Brasil.pdf](http://ieham.org/html/docs/Politica_SAN_Brasil.pdf)> Acessado em 01 dez 2014.

VALENTE, Flávio Luiz Schieck (org).[et al.].**Fome e desnutrição, determinantes sociais**. São Paulo: Cortez. 1989.

VASCONCELLOS, Francisco de Assis Guedes de. **Combate à Fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula**. Revista de Nutrição. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rn/v18n4/25843.pdf>> Acessado em 06 nov 2014.

VELLOSO, João Paulo dos Reis. Albuquerque, Roberto Cavalcanti de (coordenadores). SILVA, José Graziano da. [et al.]. **A nova geografia da fome e da pobreza**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

YASBEK, Maria Carmelita. **O programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileiras**. *São Paulo Perspec.*, Jun 2004, vol.18, no.2, p.104-112. ISSN 0102-8839. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392004000200011&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392004000200011&script=sci_arttext)> Acessado em 06 nov 2014.

ZIEGLER, J. **Destruição massiva: geopolítica da fome**. Tradução José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 2012.

## 6.0 ANEXOS



### PROGRAMA BANCO MUNICIPAL DE ALIMENTOS DE NOVA IGUAÇU FICHA DE CADASTRO

Nome da entidade:								
End.:						Bairro:		
Ponto de referência:								
Tel:			Email:					
CNPJ:			CMDCA:			CMAS:		
Presidente:								
Endereço:								
RG:			CPF:					
Vice Presidente:								
Endereço:								
RG:			CPF:					
Pessoa a contactar/retirada de alimentos:						Tel:		
<b>Atendimento da entidade</b>								
Descrição								
Dia:			Horário:					
Cobra pelo serviço: ( ) Sim ( ) Não – Quanto?						Apoio Político Partidário: ( ) Sim ( ) Não		
Outros parceiros: ( ) PMNI ( ) Gov. Estadual ( ) Gov. Federal ( ) Associações ( ) Empresas								
( ) Instituições Religiosas ( ) Outros:								
Há outros repasses: ( ) Recursos financeiros ( ) Alimentos ( ) Vestuário ( ) Outro . Qual?								
<b>Características do Atendimento</b>								
<b>Nº de pessoas atendidas</b>								
	Creche			Abrigos: Crianças, adolescentes, adultos ou idosos				
	Programa para famílias			Comunidade terapêutica				
	Refeição comunitária			Outros:				
<b>Nº de atendidos com refeição</b>								
Faixa etária	2ªfeira	3ªfeira	4ªfeira	5ªfeira	6ªfeira	Sábado	Domingo	Total/semana
1 a 6 anos								
7 a 15 anos								
16 e 17 anos								
18 a 64 anos								
65 anos ou +								
Total								

BANCO DE ALIMENTOS: RUA OTÁVIO TARQUINO, 895, CENTRO – NOVA IGUAÇU  
SALA ADMINISTRATIVA: RUA DR. LUIZ GUIMARÃES, 956, CENTRO – NOVA IGUAÇU – RJ  
CONTATO: TEL: (21) 2765-3823 / EMAIL: bancodealimentosni@hotmail.com





**PROGRAMA BANCO MUNICIPAL DE ALIMENTOS DE NOVA IGUAÇU**  
**FICHA DE CADASTRO**

*Há pessoas com alguma deficiência? ( ) Sim ( ) Não
*Há pessoas com dependência química? ( ) Sim ( ) Não
*Há pessoas com doenças crônicas? ( ) Sim ( ) Não
*Há beneficiário de algum Programa Social? ( ) Sim ( ) Não
* Em caso afirmativo, especificar com documento anexo.

<b>Distribuição das refeições:</b> ( ) Interna ( ) Externa								
<b>Horário</b>	<b>Desjejum</b>	<b>Colação</b>	<b>Almoço</b>	<b>Lanche</b>	<b>Jantar</b>	<b>Ceia</b>	<b>Sopão</b>	<b>Refeição Comunitária</b>
Início								
Término								
Há pessoas com necessidades de dieta especial: ( ) Sim ( ) Não - Quantas pessoas:								
* Especificar em anexo								
Dispõe de transporte para retirada de doações: ( ) Sim ( ) Não								
<b>Disponibilidade para participar das ações educativas</b>								
Representante legal: ( ) Sim ( ) Não					Profissionais da Área de cozinha: ( ) Sim ( ) Não			
Nome					Nome			

<b>Características da Cozinha</b>	
<b>Equipamentos e utensílios existentes na Instituição</b>	
( ) Freezers ( ) Geladeiras ( ) Armários ( ) Prateleiras ( ) Fogão Comum ( ) Fogão industrial ( ) Talheres	
( ) Pratos ( ) Copos ( ) Eletrodomésticos ( ) Panelas ( ) Mesas ( ) Cadeiras	
<b>Profissionais</b>	
( ) Cozinheira ____ - Possui curso? ( ) Sim ( ) Não - Especificar:	
( ) Nutricionista	

Declaro, para os devidos fins, que as informações cedidas acima são verdadeiras e comprometo-me a informar quaisquer alterações

<b>Assinatura:</b>	<b>Data:</b>
--------------------	--------------

BANCO DE ALIMENTOS: RUA OTÁVIO TARQUINO, 895, CENTRO – NOVA IGUAÇU  
SALA ADMINISTRATIVA: RUA DR. LUIZ GUIMARÃES, 956, CENTRO – NOVA IGUAÇU – RJ  
CONTATO: TEL: (21) 2765-3823 / EMAIL: bancodealimentosni@hotmail.com



PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL  
BANCO DE ALIMENTOS DE NOVA IGUAÇU



### DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO

Informo para os devidos fins que o Sr. a) \_\_\_\_\_  
representando o (a) \_\_\_\_\_ compareceu  
na presente data para entregar os seguintes documentos:

- ☐ ) Ficha de Cadastro
- ☐ ) CNPJ
- ☐ ) Estatuto
- ☐ ) Ata da Fundação
- ☐ ) Registro no CMAS (Conselho Municipal de Assistência Social)
- ☐ ) Registro no CMDCA (Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente)
- ☐ ) RG e CPF dos representantes legais
- ☐ ) Comprovante de endereço da Instituição
- ☐ ) Plano de Trabalho

OBS: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Atenciosamente.

Nova Iguaçu, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201 \_\_\_\_.

BANCO DE ALIMENTOS: RUA OTÁVIO TARQUINO, 895, CENTRO – NOVA IGUAÇU  
SALA ADMINISTRATIVA: RUA DR. LUIZ GUIMARÃES, 956, CENTRO – NOVA IGUAÇU – RJ  
CONTATO: TEL: (21) 2765-3823 / EMAIL: bancodealimentosni@hotmail.com



PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS  
SUBSECRETARIA DE PROGRAMAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL  
BANCO DE ALIMENTOS DE NOVA IGUAÇU

## RELATÓRIO DE VISITA

# FECHADA

ESTIVEMOS NESTE LOCAL, NESTA DATA/HORA E NÃO  
ENCONTRAMOS A INSTITUIÇÃO EM FUNCIONAMENTO.  
FAVOR, ENTRAR EM CONTATO COM A SEMAS.

Data/Hora: .....  
Nome da Instituição: .....  
Endereço: ..... Nº: .....  
Bairro: ..... Cidade: ..... UF: .....

### PARECER:

.....  
.....  
.....  
.....

Nova Iguaçu / Rio de Janeiro ..... de ..... de .....

Assistente Social

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Rua Dr. Luiz Guimarães, nº956 - Centro - Nova Iguaçu - Rio de Janeiro - CEP: 26215-532  
E-mail: [semas.pcni@gmail.com](mailto:semas.pcni@gmail.com) / [desan.pcni@gmail.com](mailto:desan.pcni@gmail.com) Tel.: (21) 2765-3823/2695-4224



PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL  
BANCO DE ALIMENTOS DE NOVA IGUAÇU



### DECLARAÇÃO DE VISITA INSTITUCIONAL

Declaramos para os devidos fins que realizamos visita institucional ao (a) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

através da Assistente Social \_\_\_\_\_ e fomos  
recebidos por \_\_\_\_\_.

OBS: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Atenciosamente,

Nova Iguaçu, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

BANCO DE ALIMENTOS: RUA OTÁVIO TARQUINO, 895, CENTRO – NOVA IGUAÇU  
SALA ADMINISTRATIVA: RUA DR. LUIZ GUIMARÃES, 956, CENTRO – NOVA IGUAÇU – RJ  
CONTATO: TEL: (21) 2765-3823 / EMAIL: bancodealimentosni@hotmail.com



PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS  
DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - DESAN  
BANCO DE ALIMENTOS DE NOVA IGUAÇU



#### LISTA DE DOCUMENTOS PARA CADASTRO E RECADASTRAMENTO DE INSTITUIÇÕES NO BANCO DE ALIMENTOS DE NOVA IGUAÇU

- CNPJ;
- Estatuto;
- Ata de Fundação;
- Registro no CMAS (Conselho Municipal de Assistência Social) e/ou Registro no CMDCA (Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente);
- RG e CPF dos representantes legais;
- Comprovante de endereço da instituição.
- Plano de Trabalho

As cópias dos documentos, bem como a Ficha de Recadastramento devidamente preenchida, acima deverão ser entregues no Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional no seguinte endereço:

Rua Dr. Luiz Guimarães, 956 - sala 11, Centro, Nova Iguaçu

Horário: 9h às 17h



BANCO DE ALIMENTOS DE NOVA IGUAÇU  
CHECK LIST DE AUDITORIA – BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO (BPM)

Instituição: \_\_\_\_\_

Auditor: \_\_\_\_\_

Data da Auditoria: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

1	Edificação	Avaliação
1.1	Área externa livre de focos de insalubridade, de objetos em desuso ou estranhos ao ambiente, de focos de poeira e acúmulo de lixo nas imediações.	
Obs.		
1.2	Ausência de animais no pátio	
Obs.		
1.3	Ausência de vetores como insetos e roedores	
Obs.		
1.4	Não são utilizadas instalações provisórias	
Obs.		
1.5	As áreas internas atendem às necessidades de espaço físico e são livres de objetos em desuso ou estranhos ao ambiente	
Obs.		
1.6	Construção, reforma e ampliação de edifícios e instalações realizadas em condições sanitárias adequadas	
Obs.		
1.7	Pisos de material liso e de fácil limpeza, resistentes e antiderrapantes	
Obs.		
1.8	Piso impermeável e drenado com declive	
Obs.		
1.9	Piso em bom estado de conservação, livre de defeitos, rachaduras, trincas e buracos	
Obs.		
1.10	Piso em perfeitas condições de higiene	
Obs.		
1.11	Forro/teto com acabamento liso e constituído de forma que reduza ao mínimo a condensação e formação de mofo	
Obs.		
1.12	Forro/teto lavável e de cor clara	
Obs.		
1.13	Forro/teto em bom estado de conservação, livre de trincas, rachaduras, umidade, bolor e descascamento	
Obs.		
1.14	Forro/teto em perfeitas condições de higiene	
Obs.		
1.15	Paredes laváveis, com acabamento liso, em cores claras e de fácil higienização até uma altura adequada	
Obs.		
1.16	Paredes em bom estado de conservação, livre de trincas, rachaduras, umidade,	





BANCO DE ALIMENTOS DE NOVA IGUAÇU  
CHECK LIST DE AUDITORIA – BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO (BPM)

	bolor e descascamento	
Obs.		
1.17	Paredes em perfeitas condições de higiene	
Obs.		
1.18	Porta e janelas com superfície lisa e de fácil higienização, em bom estado de conservação (ajustados aos batentes, sem falhas de revestimentos, rachaduras, descascamentos e limpas)	
Obs.		
1.19	Todas as aberturas seladas com telas de proteção íntegras, bem ajustadas, removíveis e limpas	
Obs.		
1.20	Possui ralos com proteção, não entupidos e sem refluxo	
Obs.		
1.21	Luminárias limpas, em bom estado de conservação e dotadas de sistema de segurança	
Obs.		
1.21	Existência de lavatórios específicos para lavagem de mãos em perfeitas condições de higiene e limpeza	
Obs.		
1.22	Lavatórios dotados de sabão e desinfetantes, escovas para mãos, toalha de papel ou outro sistema de secagem de mãos sem contato manual e lixo com tampa de acionamento sem contato manual	
Obs.		
1.23	Lavatórios dotados de informativos sobre a obrigatoriedade e forma correta de higienização de mãos	
Obs.		
1.24	Lixo doméstico no interior do estabelecimento em recipientes tampados, com sacos plásticos, abertura com acionamento sem contato com as mãos, sem extravasar o conteúdo	
Obs.		
1.25	Recipientes destinados ao lixo adequadamente armazenados para coleta em área isolada, fechada, coberta, lavável e limpa e lixo retirado diariamente	
Obs.		
2	Equipamentos e utensílios	Avaliação
2.1	Equipamentos em bom estado de conservação, funcionamento e condições de limpeza	
Obs.		
2.2	Utensílios lisos, de material não contaminante, não absorvente e impermeável	
Obs.		
2.3	Utensílios em bom estado de conservação e em perfeitas condições de limpeza	
Obs.		
2.4	Móveis (mesas, bancadas, etc.) de material liso, resistente, impermeável, com superfícies íntegras e em bom estado de conservação	
Obs.		
2.5	Móveis em perfeitas condições de limpeza	



BANCO DE ALIMENTOS DE NOVA IGUAÇU  
CHECK LIST DE AUDITORIA – BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO (BPM)

Obs.		
3	EPI's	Avaliação
3.1	Utilização de aventais e jalecos	
Obs.		
3.2	Utilização de sapatos fechados e impermeáveis	
Obs.		
3.3	Utilização de gorro ou touca que protejam todo o cabelo	
Obs.		
3.4	Uniformes rigorosamente limpos, em bom estado de conservação e usados exclusivamente na área de trabalho	
Obs.		
3.5	Disponibilidade de equipamentos para uso de visitantes	
Obs.		
4	Asseio pessoal	Avaliação
4.1	Boa apresentação	
Obs.		
4.2	Sem adornos, sem batom, mão limpas, unhas curtas e sem esmalte	
Obs.		
4.3	Roupas e objetos não são guardados na área de manipulação de alimentos	
Obs.		
4.4	Matéria-prima	
Obs.	Matéria-prima em embalagens íntegras, com identificação visível e marcação adequada de prazo de validade	
Obs.		
5	Armazenamento	Avaliação
5.1	Alimentos perecíveis mantidos à temperatura de congelamento (-15 °C ou de acordo com o indicado pelo fornecedor)	
Obs.		
5.2	Alimentos perecíveis mantidos à temperatura de congelamento (2 a 10 °C ou de acordo com o indicado pelo fornecedor)	
Obs.		
5.3	Alimentos separados por tipo ou grupo e identificados de forma a garantir sua rotatividade (PEPS)	
Obs.		
5.4	Matérias-primas utilizadas dentro do prazo de validade	
Obs.		
5.5	Embalagens de matérias-primas em uso mantidas fechadas	
Obs.		
5.6	Armazenamento sobre estrados ou prateleiras adequadas, com distanciamento do chão (10 cm) e parede (45 cm)	
Obs.		
5.7	Ausência de material estranho, estragado e seco	
Obs.		
5.8	Local limpo, bem iluminado, conservado, arejado e seco	
Obs.		





BANCO DE ALIMENTOS DE NOVA IGUAÇU  
CHECK LIST DE AUDITORIA – BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO (BPM)

6	PPHO – Procedimento Padrão de Higiene Operacional	Avaliação
6.1	Possui PPHO's	